

Especial

Confiança do
consumidor
passa a pesar mais
nas decisões

PÁGINA 5

IBGE

Desemprego
cai para 5,3%
no trimestre
até julho

A taxa de desemprego no trimestre terminado em julho ficou em 5,3%. O resultado representa o menor patamar para esse período de três meses de toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012. No trimestre anterior, terminado em abril, a taxa era de 5,8%. Já no mesmo período do ano passado, 5,6%. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Pnad revelou que o número de pessoas ocupadas atingiu 103,3 milhões, recorde da série histórica. O número de empregados com carteira assinada (excluindo trabalhadores domésticos) foi 39,4 milhões, também o maior da série histórica. **PÁGINA 3**

MEMORANDO

Governo
Lula amplia
comércio
com a Índia

O Brasil avançou ontem na estratégia de diversificação de parceiros comerciais ao assinar um memorando de entendimento com a Índia. O acordo entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e a Confederação das Indústrias Indianas busca aproximar empresas, ampliar investimentos e criar oportunidades de negócios entre os dois países. A iniciativa ocorre enquanto o governo federal tenta reduzir os impactos das sobretaxas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. Paralelamente à busca por novos mercados, o Brasil prepara a retomada das negociações com o governo estadunidense. Na próxima segunda-feira, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, terá reunião virtual com Jamieson Greer, representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR). O chanceler Mauro Vieira também participará do encontro. **PÁGINA 3**

JULHO

Governo Central tem superávit
primário de R\$ 10,783 bilhões

As contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) tiveram superávit primário de R\$ 10,783 bilhões em julho, após um resultado negativo de R\$ 48,178 bilhões em junho, informou o Tesouro ontem. O superávit de julho abaixo da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, que apontava para um resultado positivo de R\$ 11,1 bilhões. As estimativas do mercado financeiro pa-

ra o resultado do mês iam de déficit de R\$ 25,200 bilhões a superávit de R\$ 25,900 bilhões. O resultado primário do mês passado foi maior do que o registrado em julho de 2025, quando o saldo nas contas do governo central foi negativo em R\$ 59,070 bilhões. O superávit de julho foi o melhor para o mês, na série corrigida pela inflação, desde 2022, quando foi de R\$ 22,614 bilhões. **PÁGINA 2**

ESCALA 6X1



SAULO CRUZ/AGENCIA SENADO

Relator mantém
texto da Câmara
e PEC pode ser
votada na 4ª-feira

O senador Omar Aziz (PSD-AM) (**foto**) apresentou, ontem, o relatório da PEC 221/2019, que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais no Brasil. Como o próprio parlamentar já havia anunciado anteriormente, ele manteve integralmente o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e rejeitou as 12 emendas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O texto será apreciado pelo colegiado na próxima semana, durante o último esforço concentrado do Congresso para a votação de matérias legislativas antes das eleições, no dia 4 de outubro. **PÁGINA 6**

GUERRA ELEITORAL

Kássio Nunes pauta julgamento
sobre deepfake para terça-feira



ANDRESSA ANHOLETE/STF

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kássio Nunes Marques, pautou para a sessão da próxima terça-feira, o julgamento de ação do PT que questiona o vídeo deepfake do ex-presidente Jair Bolsonaro apresentado na convenção do PL em julho deste ano. No julgamento, os ministros devem fixar uma tese com parâmetros para o uso de inteligência artificial (IA) nas campanhas que deverá ser seguida em toda a Justiça Eleitoral. Nunes Marques, que é relator do caso, se reuniu com os ministros do TSE na semana passada para buscar a construção de um consenso mínimo entre os colegas. **PÁGINA 7**

SEGUNDO TRIMESTRE

Lucro da
Caixa cresce
5,9% e chega
a R\$ 3,9 bi

A Caixa Econômica Federal registrou lucro líquido recorrente de R\$ 3,9 bilhões no segundo trimestre de 2026, alta de 5,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Na comparação com o primeiro trimestre, o crescimento foi de 12,4%. No primeiro semestre, porém, o lucro recorrente somou R\$ 7,4 bilhões, queda de 17,6% em 12 meses. Divulgado na quarta-feira passada, o resultado do segundo trimestre mostra forte expansão do crédito, especialmente no financiamento imobiliário, mas com aumento da inadimplência e a necessidade de elevar provisões para perdas. A margem financeira, que representa os ganhos do banco com operações que envolvem juros, alcançou R\$ 19,7 bilhões no trimestre. **PÁGINA 3**

INDICADORES

IBOVESPA (0,01% / 174.586,26 / 9,46 / Volume: 29.790.464.965 / Negócios: 3.670.277)										Bolsas no mundo				Salário mínimo		R\$ 1.621,00		IGP-M		-1,16% (jul.)		EURO turismo					
Mais Negociados				Maiores Altas				Maiores Baixas				Fechamento				Ufir-RJ		R\$ 4,9604		IPCA		0,07% (jul.)		Compra: 6,0720		Venda: 6,2520	
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.																
PETR4	41,45	+0,24	+0,10	TELB3F	18,90	+39,07	+5,31	RCSL4	0,57	-24,00	-0,18	Dow Jones	53.839,99	+0,13	S&P 500	7.798,99	+0,65	(06/08)	14,00%	(06/08)	13,90%	Compra: 5,1604	+0,22%				
ONCO3	1,920	+9,71	+0,170	TELB3	18,98	+37,54	+5,18	RCSL4F	0,58	-22,67	-0,17	US Tech 100	29.284	+1,16	TR			(27/08)	0,1732%	OURO		DÓLAR comercial					
BBAS3	19,52	-0,26	-0,05	TELB4	9,35	+23,68	+1,79	ONCO11	0,330	-17,50	-0,070	Euronext 100	1.974,94	+0,11	Poupança			(27/08)	0,6741%	BM&F/grama/RJ	R\$ 656,03	Venda: 5,1512					
BBDC4	16,99	+1,25	+0,21	TELB4F	9,33	+21,17	+1,63	PLAS3F	1,83	-16,82	-0,37	CAC 40	8.650,56	-0,28					EURO Comercial		DÓLAR turismo						
CSAN3	3,71	-1,07	-0,04	AZEV4F	1,79	+15,48	+0,24	BRKM5	3,52	-14,36	-0,59	FTSE 100	10.772,67	-0,56					Compra: 6,0022	Venda: 6,0028	Compra: 5,1731	Venda: 5,3531					

MERCADOS



Bolsa tem leve alta em dia marcado por cautela e poucos catalisadores

JULIANA MACHADO/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) tocou máximas no fim do pregão de ontem, na faixa dos 175 mil pontos, mas oscilou de forma tímida (+0,31%, aos 175.135,41 pontos), em dia marcado pelo compasso de espera dos investidores por catalisadores que justifiquem o aumento de exposição a ativos de risco. Na avaliação de operadores e analistas, o mercado segue cauteloso, sem abrir mão de posições defensivas.

No caso da Petrobras, os investidores também acompanharam a decisão da Justiça do Distrito Federal de suspender o imposto de exportação de petróleo. As ações da estatal negociadas na B3 foram na mesma direção dos ADRs listados em Nova York.

Como uma das empresas mais valiosas do mundo, a Nvidia ajudou a levar recursos

dos alocadores para Nova York, em um movimento de "rotação" das carteiras. A ação da companhia disparou no pregão americano de ontem, em alta de 9%, mesmo desempenho do BDR da companhia negociado na B3.

DÓLAR

Após oscilar ao redor da estabilidade nas primeiras horas do pregão, o dólar se firmou em alta frente ao real no fim da manhã, acompanhando o avanço da moeda americana em relação a divisas emergentes, em especial latino-americanas.

Com máxima de R\$ 5,1756, no início da tarde, o dólar à vista terminou o dia em alta de 0,2%, a R\$ 5,162, passando a acumular ganhos de 0,33% na semana. A moeda norte-americana exibe valorização de 1,81% em agosto, após baixa de 1,79% em julho. No ano, as perdas são de 5,96%.

ALINHAMENTO

Argentina classifica Estados Unidos como ‘principal parceiro’

LAÍS ADRIANA/AE

A Argentina reforçou ontem, o discurso de alinhamento com os Estados Unidos ao classificar o país como seu "principal parceiro estratégico estrangeiro" e, no plano doméstico, avançou no Congresso com a reforma da Carta Orgânica do Banco Central (BCRA), apontada pelo governo de Javier Milei como peça central do programa de desinflação.

Em publicação no X, o ministro das Relações Exteriores, Pablo Quirno, informou ter se reunido com o Representante Comercial Adjunto dos EUA, Jeffrey Goettman, e afirmou que Washington é o principal investidor estrangeiro na Argentina, com mais de US\$ 35,3 bilhões em investimento direto.

Segundo Quirno, a relação comercial também "segue crescendo": entre janeiro e julho de 2026, as exportações argentinas aos EUA teriam somado quase US\$ 6 bilhões, alta de 38% ante igual período de 2025, com participação de 10% do total exportado e consolidação dos EUA como segundo mercado de destino. O chanceler citou avanço principalmente em carnes, metais,

combustíveis e energia.

O ministro também destacou que, em fevereiro, os dois países firmaram o Acordo sobre Comércio e Investimentos Recíprocos (ARTI), descrito como estrutura da relação bilateral, e afirmou que, na negociação, a Argentina ampliou de 20 mil para 100 mil toneladas o acesso preferencial da carne bovina ao mercado americano. Quirno acrescentou que o superávit bilateral em 2026 teria alcançado US\$ 2 bilhões.

No Congresso, a Câmara dos Deputados deu "meia sanção" à reforma do BCRA por 144 votos a favor, 102 contra e nove abstenções, segundo o jornal Perfil. O texto redefine o mandato do Banco Central, restringe mecanismos de financiamento ao setor público e limita a transferência de resultados ao Tesouro.

Em publicação no X, Milei agradeceu aos deputados e afirmou que a medida é um "passo fundamental" para erradicar a inflação, enquanto o ministro da Economia, Luis Caputo, chamou de "heróis" os parlamentares favoráveis. O projeto ainda precisa ser votado no Senado para entrar em vigor.

Nota

CMN AMPLIA LIMITES PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DO SETOR PÚBLICO

O Conselho Monetário Nacional (CMN) ampliou os limites para contratação de operações de crédito com órgãos e entidades do setor público para o exercício de 2026. O objetivo da medida, aprovada em reunião extraordinária realizada ontem, é ampliar a capacidade de contratação de operações de crédito, com e sem garantia da União, por estados, Distrito Federal e municípios. O limite global anual autorizado foi elevado em R\$ 3 bilhões, passando de R\$ 23,625 bilhões para R\$ 26,625 bilhões. Segundo o Ministério da Fazenda, o espaço fiscal utilizado para essa ampliação tem origem em levantamento realizado pela Secretaria do Tesouro junto aos entes signatários dos Programas de Reestruturação e de Ajuste Fiscal e do Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal.

JULHO

Governo Central tem superávit primário de R\$ 10,783 bilhões

MATEUS MAIA E FLÁVIA SAID/AE

As contas do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) tiveram superávit primário de R\$ 10,783 bilhões em julho, após um resultado negativo de R\$ 48,178 bilhões em junho, informou o Tesouro ontem.

O superávit de julho abaixo da mediana da pesquisa Projeções Broadcast, que apontava para um resultado positivo de R\$ 11,1 bilhões. As estimativas do mercado financeiro para o

resultado do mês iam de déficit de R\$ 25,200 bilhões a superávit de R\$ 25,900 bilhões.

O resultado primário do mês passado foi maior do que o registrado em julho de 2025, quando o saldo nas contas do governo central foi negativo em R\$ 59,070 bilhões. O superávit de julho foi o melhor para o mês, na série corrigida pela inflação, desde 2022, quando foi de R\$ 22,614 bilhões.

As despesas do Governo Central caíram 20,7% em julho, na comparação com o mesmo mês de 2025, já contabilizando

a inflação do período. As receitas totais tiveram alta real de 8,3%, na mesma base de comparação.

No mês passado, a arrecadação do governo com impostos e contribuições federais somou R\$ 289,346 bilhões em julho.

ACUMULADO

O Governo Central teve déficit primário de R\$ 81,305 bilhões no acumulado até julho de 2026. No mesmo período de 2025, o resultado era negativo em R\$ 70,347 bilhões, sem correção pelo IPCA. As despesas ti-

veram alta real de 6,2% na soma do ano, enquanto as receitas totais subiram 5,7% acima da inflação.

No acumulado de 12 meses até julho, o déficit primário do Governo Central somou R\$ 71,6 bilhões, o equivalente a 0,55% do Produto Interno Bruto (PIB). As despesas obrigatórias somam 17,32% do PIB, e as discricionárias, 1,88%.

A meta fiscal de 2026 é de superávit primário de 0,25% do PIB, com tolerância de 0,25 ponto porcentual para mais ou para menos.

IMPOSTOS

Supremo forma maioria para tributar lucros da Vale no exterior

LAVÍNIA KAUCZ/AE

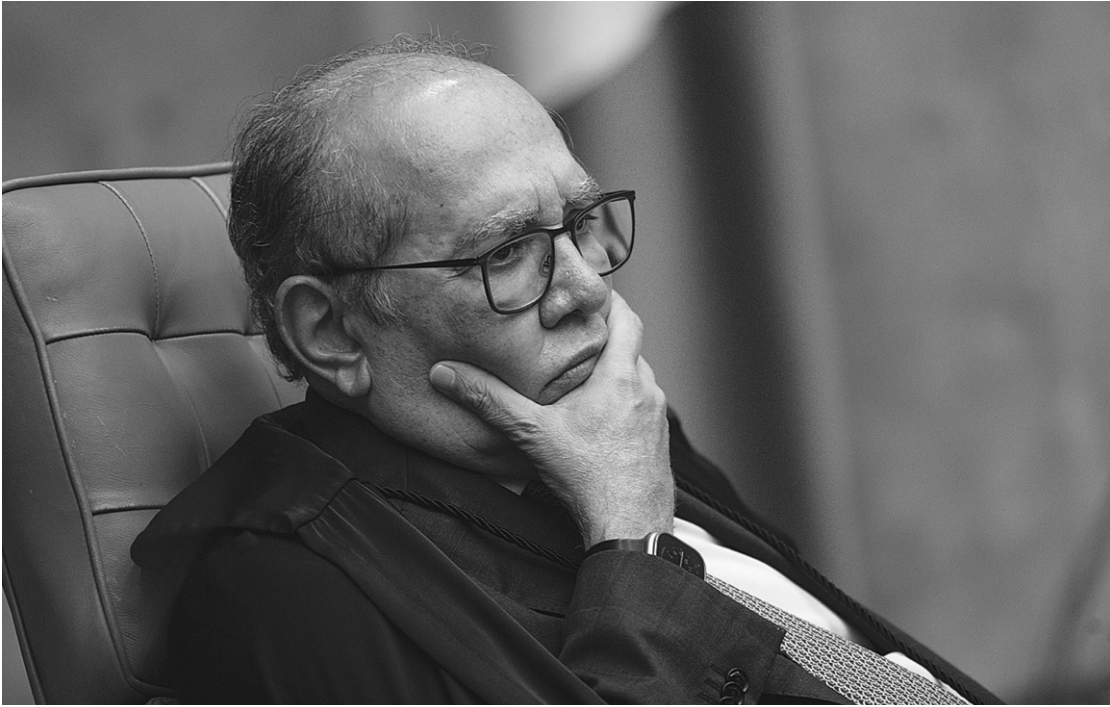
O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria favorável à tributação de lucros obtidos por controladas da Vale no exterior. O processo é julgado em sessão virtual que começou na última sexta-feira, e termina hoje. Até o momento, o placar está em 6 a 4 a favor da incidência de IRPJ e CSLL sobre os lucros das controladas da empresa brasileira na Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo.

A Receita Federal projetava, em caso de derrota, uma perda de R\$ 22 bilhões para os cofres públicos. O valor contempla um ano de não recolhimento e a devolução de tributos relativos aos últimos cinco anos.

A ação não tem repercussão geral, mas o caso é um importante precedente para pacificar a controvérsia na Justiça. A discussão tem gerado posições contraditórias desde uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que favoreceu a Vale e impediu a cobrança sobre as suas controladas no exterior. Segundo a PGFN, o STJ contrariou precedentes do STF favoráveis à tributação.

Parte da Justiça Federal tem aplicado a posição do STJ como um precedente válido, impondo derrotas à União. Já no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf), a União tem vencido na maioria das turmas por voto de qualidade.

De acordo com nota da Receita de fevereiro de 2023, os desdobramentos de um resultado desfavorável à União no Supremo poderiam causar um impacto da ordem de R\$ 142,5 bilhões, levando em consideração os anos de 2017 a 2021, e de R\$ 28,5 bilhões anuais futuros.



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

BITRIBUTAÇÃO

A Vale controla cinco empresas no exterior: Rio Doce Internacional, na Bélgica; Rio Doce Comércio Internacional, na Dinamarca; Brasilux e Rio Doce Europa, em Luxemburgo; e Brasamerican Limited, nas Bermudas.

Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo firmaram tratados com o Brasil contra a dupla tributação. No caso de Bermudas, considerada um paraíso fiscal, não há tratado nos termos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Por isso, essa cobrança já havia sido autorizada pelo STJ.

A discussão no processo é se os tratados internacionais impedem a Receita de cobrar IRPJ e CSLL sobre lucros obtidos por controladas de empresas brasileiras localizadas em território estrangeiro. Isso porque os tratados estabelecem que os lucros

devem ser tributados no país de localização da controlada, exceto se ela tiver um estabelecimento permanente no Brasil.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) defende que o lucro é da empresa controladora com sede no Brasil, independentemente de os valores terem sido distribuídos, e não da controlada no exterior. Por isso, de acordo com a União, a regra do tratado internacional não se aplica.

A maioria dos ministros seguiu a corrente aberta por Gilmar Mendes (**foto**), que acolheu o argumento da União. Para o ministro, os tratados internacionais não se aplicam na situação da Vale porque os lucros são incorporados pela empresa brasileira antes de serem distribuídos no território estrangeiro.

"Quem está sendo tributado é a empresa investidora brasilei-

ra, relativamente aos rendimentos auferidos por meio de um investimento no exterior", afirmou Gilmar em seu voto. Foram nessa linha os ministros Kássio Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Flávio Dino e Cármen Lúcia.

O relator, André Mendonça, entendeu que a discussão é inconstitucional e que a palavra final deve ser do STJ - ou seja, contra a tributação das controladas da Vale na Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo. Para o ministro, os precedentes citados pela União são distintos porque não foram debatidos à luz dos tratados internacionais. Seu voto foi seguido pelo ministro Luiz Fux.

O ministro Dias Toffoli abriu uma terceira corrente para permitir apenas a tributação dos lucros obtidos nas Bermudas mediante o uso do Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

RIO-MINAS

ANTT aprova edital para corredor ferroviário

JOÃO CAIRES/AE

A diretoria colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou ontem, a versão definitiva do edital de concessão do corredor ferroviário Minas-Rio.

A modelagem prevê a transferência da operação atualmente realizada pela Ferrovia Centro-

Atlântica (FCA) para um futuro operador, que assumirá obrigação de manutenção, recuperação e modernização da infraestrutura. O vencedor deverá apresentar, em até dois anos após a assunção da malha, um plano de recapacitação, recuperação e modernização da ferrovia.

O projeto abrange cerca de 733 quilômetros de extensão e

será ofertado em dois lotes. O primeiro compreende os trechos entre Iguatama (MG) e Barra Mansa (RJ), além do ramal entre Varginha (MG) e Lavras (MG), enquanto o segundo liga Barra Mansa a Angra dos Reis (RJ).

A diretoria também aprovou ajustes procedimentais no edital. Entre eles, mudanças nas regras da etapa de viva-voz do lei-

lão. Após debate entre os diretores, ficou definido que, havendo até três participantes, todos poderão seguir para a fase de lances verbais independentemente da diferença entre as propostas apresentadas. Acima desse número, será aplicado um critério de corte baseado em percentual de diferença em relação à melhor oferta.



IBGE

Taxa de desemprego cai para 5,3% no trimestre até julho

BRUNO DE FREITAS
MOURA/ABRASIL

A taxa de desemprego no trimestre terminado em julho ficou em 5,3%. O resultado representa o menor patamar para esse período de três meses de toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, iniciada em 2012. No trimestre anterior, terminado em abril, a taxa era de 5,8%. Já no mesmo período do ano passado, 5,6%. Os dados foram divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Pnad revelou que o número de pessoas ocupadas atingiu 103,3 milhões, recorde da série histórica. O número de empregados com carteira assinada (excluindo trabalhadores domésticos) foi 39,4 milhões, também o maior da série histórica. Já a quantidade de trabalha-

dores sem carteira assinada era de 13,8 milhões, crescimento de 3,6% na comparação com o período até abril (mais 477 mil pessoas). De acordo com o analista da pesquisa, William Kratochwill, o crescimento da ocupação no trimestre até julho foi puxado pelo setor de construção civil. “A maioria aconteceu entre pedreiros e trabalhadores elementares da construção de edifícios”, cita. O analista acrescenta que mudanças tecnológicas têm facilitado a obtenção de ocupação. “Hoje em dia, com telefone e bicicleta, você consegue trabalhar. A tecnologia está mudando o mercado de trabalho”, diz. A ocupação no agrupamento transporte, armazenagem e correio, que inclui entregadores de aplicativo, cresceu 5,4% na comparação com o mesmo trimestre de 2025.

O contingente de desocupados ficou em 5,8 milhões, o que significa menos 503 mil pessoas (recoo de 8%) em relação ao trimestre de fevereiro a abril. A taxa de informalidade - proporção de trabalhadores informais na população ocupada - foi 37,5%. Até abril estava em 37,2%. O IBGE aponta como informais os trabalhadores sem carteira e os autônomos e empregados sem CNPJ. Essas pessoas não têm garantidas coberturas como seguro-desemprego, férias e 13º salário. A população desalentada, formada por pessoas que não procuravam emprego pois acreditavam que não conseguiriam uma vaga, marcou 2,3 milhões de pessoas, queda de 9,7% no trimestre. O rendimento médio do trabalhador ficou em R\$ 3.762, recoo de 0,7% na comparação com o período até abril. O IBGE

classifica essa diferença como “estável”. **A PESQUISA** A pesquisa do IBGE apura o comportamento no mercado de trabalho para pessoas com 14 anos ou mais e leva em conta todas as formas de ocupação, seja com ou sem carteira assinada, temporário e por conta própria, por exemplo. Pelos critérios do instituto, só é considerada desocupada a pessoa que efetivamente procurou uma vaga 30 dias antes da pesquisa. São visitados 211 mil domicílios em todos os estados e no Distrito Federal. O menor desemprego já registrado pela Pnad foi 5,1%, no último trimestre de 2025. A maior taxa já constatada foi 14,9%, atingida em dois períodos: nos trimestres móveis encerrados em setembro de 2020 e em março de 2021, ambos durante a pandemia de Covid-19.

BALANÇO

Lucro da Caixa cresce 5,9% e chega a R\$ 3,9 bi no segundo trimestre

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Caixa Econômica Federal registrou lucro líquido recorrente de R\$ 3,9 bilhões no segundo trimestre de 2026, alta de 5,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Na comparação com o primeiro trimestre, o crescimento foi de 12,4%. No primeiro semestre, porém, o lucro recorrente somou R\$ 7,4 bilhões, queda de 17,6% em 12 meses. Divulgado na quarta-feira passada, o resultado do segundo trimestre mostra forte expansão do crédito, especialmente no financiamento imobiliário, mas com aumento da inadimplência e a necessidade de elevar provisões para perdas. A margem financeira, que representa os ganhos do banco com operações que envolvem juros, alcançou R\$ 19,7 bilhões no trimestre, crescimento de 20,2% em um ano.

113,9 bilhões, alta de 6,5%;

- Carteira total: R\$ 1,448 trilhão, alta de 11,9%;

INADIMPLÊNCIA Apesar do crescimento do crédito, a inadimplência avançou. O índice de operações com atraso superior a 90 dias ficou em 3,64%, contra 2,66% um ano antes. O principal ponto de atenção está no agronegócio. A inadimplência no segmento chegou a 20,74%, ante 7,02% no segundo trimestre de 2025. Nas demais carteiras, os índices foram:

- Pessoas físicas: 6,29%;
- Pessoas jurídicas: 14,05%;
- Crédito imobiliário: 1,45%;
- Infraestrutura: 0,03%.

A carteira imobiliária, que concentra a maior parte dos empréstimos da Caixa, apresentou índice de inadimplência bem inferior ao registrado nas demais modalidades.

MAIS PROVISÕES

Diante do aumento do risco de crédito, a Caixa ampliou os recursos destinados a cobrir possíveis perdas. A despesa com provisões para perdas de crédito alcançou R\$ 6,97 bilhões no segundo trimestre, alta de 97,6% em relação ao mesmo período de 2025 e de 6,9% ante os três primeiros meses deste ano. Segundo o banco, a forte concentração da carteira em financiamentos habitacionais e operações com garantias contribui para reduzir as perdas esperadas e dar maior estabilidade ao crédito.

RENTABILIDADE CAI Mesmo com o aumento do lucro no segundo trimestre, a rentabilidade da Caixa recuou. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE, na sigla em inglês) ficou em 9,16%, queda de 2,7 pontos percentuais em relação a junho de 2025.

APEXBRASIL

Brasil amplia comércio com Índia e retoma diálogo sobre tarifaço

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Brasil avançou ontem na estratégia de diversificação de parceiros comerciais ao assinar um memorando de entendimento com a Índia. O acordo entre a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) e a Confederação das Indústrias Indianas busca aproximar empresas, ampliar investimentos e criar oportunidades de negócios entre os dois países. A iniciativa ocorre enquanto o governo federal tenta reduzir os impactos das sobretaxas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros. Paralelamente à busca por novos mercados, o Brasil prepara a retomada das negociações com o governo estadunidense. Na próxima segunda-feira, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, terá reunião virtual com Jamieson Greer, representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR). O chanceler Mauro Vieira também participará do encontro.

PARCERIA COM A ÍNDIA Assinado na sede da ApexBrasil, em Brasília, o documento prevê intercâmbio de informações sobre os mercados dos dois países, compartilhamento de boas práticas, promoção de feiras e incentivo à internacionalização de pequenas e médias

empresas. O acordo não tem caráter vinculante e, portanto, não cria obrigações para as partes. A proposta é promover a aproximação entre empresas brasileiras e indianas e criar uma base institucional para projetos conjuntos de atração de investimentos e facilitação de negócios. A meta é contribuir para que o comércio bilateral alcance US\$ 20 bilhões até 2030. No ano passado, as exportações brasileiras para a Índia somaram quase US\$ 7 bilhões, o maior valor registrado em duas décadas. As importações brasileiras de produtos indianos ultrapassaram US\$ 8,4 bilhões. Atualmente, a Índia é o décimo principal destino das exportações brasileiras, enquanto o Brasil ocupa a 26ª posição entre os fornecedores do mercado indiano.

- Comércio Brasil-Índia
- Meta de comércio bilateral até 2030: US\$ 20 bilhões
- Comércio Brasil-Índia em 2025: US\$ 15,2 bilhões
- Exportações para a Índia em 2025: US\$ 6,9 bilhões
- Importações de produtos indianos em 2025: US\$ 8,4 bilhões
- Crescimento da relação comercial nos últimos anos: 82%
- Oportunidades para produtos brasileiros identificadas pela ApexBrasil: 378
- Linhas de produtos (tipos e

subtipos) no acordo de preferências Mercosul-Índia: 450

DIVERSIFICAÇÃO Para o ministro Márcio Elias Rosa, a ampliação das relações com diferentes países passou a ser uma diretriz do governo federal diante do cenário do comércio internacional. “O Brasil vem buscando diversificar mercados, acessando novos mercados intensamente. A Índia é um exemplo disto: a necessidade de alcançar novos mercados e a necessidade de expandir a relação comercial. Com a Índia, o crescimento é espetacular.” De acordo com o ministro, a relação comercial entre Brasil e Índia cresceu 82% nos últimos anos. O governo também pretende ampliar o atual acordo de preferências tarifárias entre o Mercosul e a Índia, que contempla atualmente 450 linhas de produtos, classificação específica por códigos de produtos por tipos e subtipos. A ApexBrasil identificou ainda 378 oportunidades para produtos brasileiros no mercado indiano. A agência apoia cerca de 10 projetos estratégicos voltados ao país asiático, incluindo iniciativas em parceria com entidades ligadas ao agronegócio.

SETORES ESTRATÉGICOS A aproximação entre os dois países envolve setores conside-

rados estratégicos, como indústria farmacêutica, bioenergia, biocombustíveis, fertilizantes e dispositivos médicos. Outro eixo de interesse é a exploração de minerais críticos. O governo brasileiro busca ampliar parcerias internacionais nessa área, mas defende que os projetos estejam associados ao desenvolvimento de tecnologia nacional. “O Brasil quer ter parceria para a exploração de minerais críticos com todos os países, nunca em detrimento de algum ou para favorecer outro”, ressaltou Rosa. A estratégia também pode beneficiar o agronegócio brasileiro, que busca ampliar a presença em mercados internacionais e reduzir a concentração das exportações em determinados destinos. Negociação com EUA Enquanto amplia a aproximação com a Índia, o governo brasileiro também se prepara para a primeira reunião com representantes dos Estados Unidos desde a imposição de novas tarifas. Segundo Rosa, a conversa entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na semana passada, foi decisiva para a reabertura das negociações, sem que o Brasil precisasse apresentar concessões unilaterais antecipadamente.

CRITÉRIO CONSULTORES LTDA.
CNPJ: 06.319.383/0001-41
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO ENTRE SÓCIOS
A administração da Sociedade CRITÉRIO CONSULTORES LTDA convoca todos os sócios para Reunião de Sócios a realizar-se no próximo dia 08 do mês de setembro de 2026, na sede da sociedade, localizada nesta cidade, na Rua do Ouvidor, nº. 60 - Sala 1314 - Centro - CEP: 20.040-030, iniciando-se os trabalhos às 10 horas em primeira e 10h30 em segunda convocação, para deliberarem acerca da seguinte ordem do dia: inclusão de cláusula de exclusão de sócio por justa causa no contrato social, conforme Art. 1.085 do Código Civil.
Rio de Janeiro/RJ, 28 de agosto de 2026
BRUNO FONSECA OLIVEIRA
Presidente da Sessão

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO Nº 190/2026

O Pregoeiro André Luis Borges de Castro convida as empresas interessadas em participarem da **Contratação: 190/2026** no dia 10/09/2026 às 14H. **Objeto: Aquisição de medicamentos do grupo classe antibióticos II** (cefazolina sodica 1g f/a, cefepime, cloridrato 1g f/a, cefepime 2g f/a e etc.). Processo nº 33409.000192/2026-68. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO Nº 234/2026

A Pregoeira Roberta de Farias Barreto Domingos Paula convida as empresas interessadas em participarem da **Contratação: 234/2026** no dia 14/09/2026 às 09:00h. **Objeto: Aquisição de materiais hospitalares** (FIO GUIA HIDROFÍLICO STIFF 0,035; FIO GUIA HIDROFÍLICO STIFF 0,035; FIO GUIA DIAGNÓSTICO 0,035) . Processo nº 33409.008537/2025-41. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CONTRATAÇÃO Nº 37/2026

O Pregoeiro Andre Luis Borges de Castro convida as empresas interessadas em participarem da **Contratação: 37/2026** no dia 14/09/2026 às 14H. **Objeto: Contratação de Serviço Continuo de Esterilização, Reprocessamento e Reesterilização de Artigos Hospitalares Termossensíveis.** Processo nº 33409.008857/2025-09. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SERVIÇO DE VETERANOS E PENSIONISTAS DA MARINHA

MINISTÉRIO DA DEFESA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 059/2026 - UASG 764200

Nº Processo: 63410.007681/2026-72 Objeto: Contratação de serviços não-continuo de dedetização/desinsetização/desratização contra baratas, cupins e ratos. A aplicação se dará nas dependências internas do Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha. Total de Itens Licitados: 01. Edital:17/08/2026 das 08h00 às 11h00 e das 13h30 às 15h30. Endereço: Praça Barão de Ladário - S/n Ed. Tamandaré - 2 Andar - Centro, - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br>. Entrega das Propostas: a partir de 17/08/2026 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/09/2026 às 10:00 no site www.gov.br/compras.

CRÊSGILIS EUNICE REIS GARCIA
Auxiliar da Seção de Obtenção

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.93/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do **Objeto: AQUISIÇÃO DO MATERIAL DE CONSUMO (Imobilizadores, Talas e Outros) - (17 ITENS)**, estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.015735/2025-70. Abertura da sessão pública às 10h do dia 09/09/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

SERVIÇO DE VETERANOS E PENSIONISTAS DA MARINHA

MINISTÉRIO DA DEFESA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 054/2026 - UASG 764200

Nº Processo: 63410.006516/2026-01 Objeto: Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente, sendo estes: material de escritório, material descartável, material de limpeza e suprimentos de informática para o Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha. Total de Grupos Licitados: 06. Edital:13/08/2026 das 08h00 às 11h00 e das 13h30 às 15h30. Endereço: Praça Barão de Ladário - S/n Ed. Tamandaré - 2 Andar - Centro, - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br>. Entrega das Propostas: a partir de 13/08/2026 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 01/09/2026 às 10:00 no site www.gov.br/compras.

CRÊSGILIS EUNICE REIS GARCIA
Auxiliar da Seção de Obtenção

SERVIÇO DE VETERANOS E PENSIONISTAS DA MARINHA

MINISTÉRIO DA DEFESA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 063/2026 - UASG 764200

Nº Processo: 63410.007889/2026-91 Objeto: Registro de preço para futura contratação de fornecedor especializado na prestação de serviço em eventos protocolares de caráter institucional, com o respectivo fornecimento de materiais e todo o serviço de apoio, incluindo profissionais e demais itens para suprir às necessidades deste Serviço. Total de Grupo Licitado: 01. Edital:21/08/2026 das 08h00 às 11h00 e das 13h30 às 15h30. Endereço: Praça Barão de Ladário - S/n Ed. Tamandaré - 2 Andar - Centro, - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br>. Entrega das Propostas: a partir de 21/08/2026 às 10h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 08/09/2026 às 10:00 no site www.gov.br/compras.

CRÊSGILIS EUNICE REIS GARCIA
Auxiliar da Seção de Obtenção

CRIME ORGANIZADO

MP denuncia 20 pessoas por ligação com milícia e facção

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro denunciou, ontem 20 pessoas investigadas por integrar núcleos ligados à milícia de Curicica, na zona oeste, e ao Terceiro Comando Puro (TCP). Entre os denunciados, estão dois policiais militares. Jorge Anastácio Rodrigues Simões é lotado no 4º Batalhão da Polícia Militar, no Méier, e Leo Carlos Araújo Santos atua no 2º BPM, em Botafogo. Eles foram denunciados por atuação no fornecimento e na intermediação de armas e munições destinadas à milícia de Curicica e ao TCP. Ao decretar as prisões preventivas, o Juízo da 3ª Vara Especializada em Organização

Criminosa da Capital destacou “a gravidade concreta dos fatos, a estrutura armada da organização, o risco de reiteração criminosa e a necessidade de preservação da ordem pública”. A denúncia atribui aos denunciados os crimes de constituição de milícia privada, associação para o tráfico de drogas com emprego de arma de fogo e comércio ilegal de armas e munições de uso restrito. De acordo com informações do MP, a milícia de Curicica tem estrutura hierarquizada e divisão de tarefas. André Costa Bastos, conhecido como o “Boto” ou “Redbull”, mesmo preso no sistema penitenciário federal, seria o responsável pelo comando estratégico, enquanto Osmar Silva de Souza, o “Messi” ou “Novinho”, exerceria a liderança operacional do grupo. A organização teria como fontes de financiamento a co-

brança de valores extorsivos de moradores e comerciantes, além de roubos de veículos e cargas em Jacarepaguá e regiões próximas. **ALIANÇA** As investigações também apontaram uma aliança entre a milícia de Curicica e integrantes do TCP atuantes nos complexos da Maré e da Pedreira, baseada em um pacto de não agressão e cooperação operacional. O objetivo seria o apoio mútuo contra grupos rivais, especialmente o Comando Vermelho, além da facilitação do comércio ilícito de armas e drogas. Nesse contexto, Yuri Guimarães Soares, o “Lirow”, é apontado como elo entre a estrutura paramilitar e integrantes da facção criminosa. A denúncia aponta também o comércio clandestino de armamento de alto poder ofensivo, incluindo fuzis, pistolas e

munições. **POSICIONAMENTO** Em nota, a Polícia Militar informou que, na manhã de ontem, a Corregedoria Geral da corporação acompanhou uma ação do Grupo de Atuação Especializada no Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Geco), que teve como objetivo cumprir dois mandados de prisão contra policiais militares. Os policiais serão encaminhados à Unidade Prisional da corporação, localizada em Niterói, na região metropolitana do Rio, onde permanecerão à disposição da Justiça. “Os agentes serão submetidos a Procedimentos Administrativos Disciplinares (PADs), que têm como objetivo avaliar a permanência dos acusados nos quadros da corporação”, informou a nota.

ESPECIAL

Confiança do consumidor passa a pesar mais nas decisões das empresas, aponta pesquisa



PEXELS

POR REDAÇÃO

A relação entre consumidores e empresas tem sido influenciada pela confiança na marca, pela qualidade dos produtos e pela experiência de compra, fatores que passaram a ter peso nas decisões de consumo e na estratégia das companhias. Uma pesquisa da HSR Specialist Researchers, realizada com 4.520 brasileiros e 193 marcas de nove setores, mostra que a confiança está relacionada à capacidade das empresas de entregar o que prometem e manter uma relação consistente com seus clientes. O levantamento mostra que a percepção sobre uma marca não é formada apenas pela publicidade. A experiência direta com produtos e serviços tem participação relevante nesse processo. Entre os consumidores ouvidos, 40% apontaram a piora na qualidade como principal motivo para deixar de confiar em uma marca. Produto com defeito aparece em seguida, com 24%, enquanto o mau atendimento foi citado por 22%. Problemas éticos e de reputação corporativa foram mencionados por 5%. O resultado se relaciona a um cenário em que o consumidor dispõe de mais informações antes de realizar uma compra. Pesquisa da NielsenIQ sobre as perspectivas do consumidor para 2026 mostra que 95% dos entrevistados consideram importante confiar na marca da qual estão comprando. O levantamento aponta ainda que qualidade e consistência estão entre os fatores que sustentam essa confiança. No Brasil, o comportamento também aparece nos canais de reclamação e avaliação de empresas. Dados do Consumidor.gov.br, plataforma vinculada à Secretaria Nacional do Consumidor, mostram que os

consumidores podem registrar problemas diretamente com companhias participantes, que assumem o compromisso de responder às reclamações em até dez dias. Depois disso, o próprio consumidor avalia se a demanda foi solucionada e atribui uma nota ao atendimento.

Confiança do consumidor influencia o mercado

O ambiente econômico também interfere na disposição das famílias para consumir. Segundo a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, com base na Sondagem do Consumidor da FGV, o Índice de Confiança do Consumidor caiu 0,4 ponto em julho, para 88,3 pontos. A percepção sobre a situação atual recuou 2,6 pontos, enquanto o índice de expectativas avançou 1,1 ponto. A diferença entre os grupos de renda também chama atenção. Entre consumidores com renda de até R\$ 2.100, o índice caiu 10,5 pontos em julho, para 79,8 pontos. Já entre aqueles com renda entre R\$ 4.800,01 e R\$ 9.600, houve alta de 5,9 pontos, para 92,1 pontos. Os números mostram que a disposição para consumir não é uniforme e acompanha as condições financeiras das famílias. Para a economista Viviane Seda Bittencourt, superintendente adjunta para Ciclos Econômicos do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV IBRE), a confiança do consumidor precisa ser observada junto às condições econômicas das famílias. A especialista afirma que fatores como mercado de trabalho e situação financeira familiar têm peso na formação das expectativas dos consumidores. Do lado das empresas, o Banco Central acompanha as expectativas por meio da Pesquisa Firmus, que reúne informações de companhias não financeiras sobre a situação dos negócios e variáveis econômicas que influenciam suas decisões. O levantamento é realizado trimestralmente e busca captar percepções sobre custos, preços, margens, crédito e atividade econômica. Nesse cenário, os dados indicam que confiança, experiência e capacidade de entrega passaram a fazer parte da relação econômica entre empresas e consumidores. Para as companhias, acompanhar essas percepções permite identificar mudanças no comportamento de compra e ajustar produtos, serviços e atendimento às condições do mercado.

JARDIM BOTÂNICO

Justiça marca para fevereiro julgamento de assassino de galerista

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Justiça do Rio marcou para o dia 25 de fevereiro de 2027, às 13h, o julgamento do cubano Alejandro Triana Prevez, um dos acusados pelo assassinato do galerista norte-americano Brent Sikkema, 75 anos, no apartamento da vítima, no Jardim Botânico, em 15 de janeiro de 2024. A decisão é da juíza da 3ª Vara Criminal da Capital, Tula Correa de Mello, que manteve a prisão preventiva de Alejandro, ressaltando que “o acusado confessou a intenção de fugir do país pela fronteira com o Peru após a descoberta do delito”. Alejandro responde por homicídio qualificado por motivo torpe, mediante promessa de recompensa, por motivo fútil, com emprego de meio cruel e mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, além da agravante de o crime ter sido cometido contra pessoa maior de 60 anos. Ele também responderá por furto qualificado praticado durante o repouso noturno. O processo em relação ao outro acusado, Daniel Sikke-

ma, foi desmembrado devido a um recurso contra a sentença de pronúncia, que o tornou réu pelos mesmos qualificadores do homicídio, na condição de mandante e partícipe do crime. O galerista excluiu de seu testamento o ex-marido Daniel Garcia Carrera, acusado de ser o mandante do crime. A vítima era dono de uma fortuna que incluía imóveis nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil. **O CRIME** De acordo com a denúncia apresentada pelo Ministério Público estadual, Alejandro veio para o Brasil seguindo as coordenadas oferecidas por Daniel e sendo auxiliado financeiramente por ele. Na madrugada do dia 15 de janeiro de 2024, Alejandro - utilizando-se das chaves fornecidas por Daniel - entrou na residência da vítima e a golpeou várias vezes com uma faca. Daniel teria prometido US\$ 200 mil a Alejandro para executar o ex-companheiro, em meio a disputas patrimoniais após a separação. “O laudo de necropsia atesta a periculosidade e a brutalidade do crime, no qual a vítima foi golpeada 18 vezes por instrumento perfurocortante, sem qualquer possibilidade de defesa. A necessidade da prisão é reforçada, considerando que o próprio Alejandro confessou a intenção de deixar o país após a descoberta do delito”. A juíza Tula Correa de Mello escreveu ainda, na decisão, que permanecem íntegros os fundamentos à decretação da prisão preventiva, sendo certo que, desde então, não houve qualquer modificação do quadro fático. “Assim, mantenho a custódia cautelar do acusado”.

AEROPORTO

Avião derrapa no Santos Dumont e voos são cancelados

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Um jatinho de pequeno porte da Embraer derrapou e saiu da pista do aeroporto Santos Dumont, na região central do Rio. O aeroporto foi fechado. De acordo com a Infraero, pelo menos, 15 voos foram direcionados para o Aeroporto Internacional do Galeão e 53 foram cancelados. O incidente ocorreu quando a aeronave estava pousan-

do por volta das 16h10 de ontem. A aeronave parou na área gramada, sem feridos. Apenas o piloto e um tripulante estavam no voo. De acordo com a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), o Plano de Emergência do aeroporto foi acionado e “as operações do aeroporto foram suspensas para remoção da aeronave que ficou na área gramada ao lado da pista”.

FESTMAT 2026

Festival mostra, no Rio, que a matemática é pop e divertida

ALANA GANDRA/ABRASIL

O Festival Nacional da Matemática (FestMat 2026) começou ontem no Rio de Janeiro, apostando em uma linguagem pop para aproximar o público da ciência exata. A quarta edição do evento, promovida pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), é realizada no Aterro do Flamengo até o próximo domingo. Os dois primeiros dias são exclusivos para visitação escolar previamente agendada. No sábado e no domingo, as atrações são abertas ao público em geral, mas é preciso retirar ingressos gratuitos no site. Com o tema *A Matemática é Pop – Descubra os mundos da matemática*, o festival utiliza a linguagem das histórias em quadrinhos (HQ) em seis espaços temáticos, cada um dedicado a um mundo da matemática.

São apresentados, por exemplo, o mundo da geometria, que lida com as formas; o da aritmética, que trabalha com números; e o da dinâmica, que fala dos fenômenos que evoluem no tempo. O diretor-geral do Impa, Marcelo Viana, contou que a organização buscou representações concretas para a abstração característica da matemática. “Em cada caso, tem um parceiro que está lá com jogos ligados àquele tema, disponíveis para a garotada brincar. É um sucesso”, disse. Também há estandes como o do projeto Meninas Olímpicas do Impa (MOI), que é uma iniciativa da instituição para promover a presença feminina nas áreas de ciências, matemática e engenharia, e o da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep).

ELEIÇÕES

TSE aprova envio de tropas federais para cinco estados

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou ontem o envio de tropas federais para garantir a segurança do primeiro turno das eleições de outubro em cinco estados.

As tropas das Forças Armadas serão enviadas para municípios de Tocantins, Piauí, Ceará, Acre e Rio de Janeiro. Quais e quantos municípios receberão os reforços ainda não foi informado pelo TSE

O envio contou com aval dos governos estaduais e foi solicitado pelos tribunais regionais eleitorais (TREs).

A requisição de tropas ocorre quando um município informa à Justiça Eleitoral que não tem capacidade de garantir a normalidade do pleito com o efetivo policial

local. Cabe ao Ministério da Defesa realizar a logística da operação.

ELEIÇÕES

O primeiro turno será no dia 4 de outubro, quando serão escolhidos deputados federais, estaduais, distritais, governadores, senadores e o presidente da República.

O segundo turno está marcado para o dia 25 e pode ocorrer na disputa para os cargos de governador e presidente da República.

Os eleitores voltarão às urnas se nenhum dos candidatos obtiver mais de 50% dos votos válidos, excluindo brancos e nulos, no primeiro turno.

De acordo com o TSE, 158 milhões eleitores estarão aptos a exercerem o direito de votar.

PESQUISA QUAEST

Bahia: ACM Neto tem 39% das intenções de voto; Jerônimo, 37%

GABRIEL SERPA/AE

Pesquisa Quaest divulgada ontem, mostra o ex-prefeito de Salvador ACM Neto (União) com 39% das intenções de voto, contra 37% de Jerônimo Rodrigues (PT), que tenta a reeleição, na disputa ao governo da Bahia. Com margem de erro de três pontos percentuais, o cenário configura empate técnico.

Os demais candidatos ao cargo de governador que pontuaram no levantamento são Aroldo Felix (UP), Maria Bona (PCO), Ariel Capistrano (DC) e Ronaldo Mansur (PSOL), todos com 1%.

Brancos e nulos somaram 8% das intenções de voto, enquanto os indecisos marca-

ram 12% das respostas no território baiano.

Na última sondagem, ACM Neto e o atual governador já apareciam empatados, com vantagem numérica para o ex-prefeito: 39% a 38%. Na ocasião, brancos e nulos eram 8% das intenções de votos, enquanto indecisos representavam 13% das respostas.

A Quaest realizou 900 entrevistas presenciais em domicílio, entre os dias 23 e 26 de agosto. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. O levantamento foi contratado pelo Grupo Globo e registrado no TSE sob o protocolo BA-06206/2026.

CIANORTE

Corpos enterrados são de primas que estavam desaparecidas no PR

LEONARDO SIQUEIRA/AE

A Polícia Civil do Paraná (PC-PR) confirmou ontem, que os dois corpos encontrados enterrados em uma área rural de Paraíso do Norte (PR) na última sexta-feira, são das primas Letycia Garcia Mendes e Stela Dalva Melegari Almeida, ambas de 18 anos. Elas desapareceram em 20 de abril em Cianorte, a cerca de 60 quilômetros de onde os corpos foram encontrados.

"Foi finalizado o exame em local de morte, que apontou indícios de morte violenta. A causa e a dinâmica das mortes será analisada nos exames médico-legais complementares", informou a polícia.

A PC-PR ressaltou que as investigações prosseguem, com a análise conjunta dos elementos já produzidos e dos laudos periciais ainda pendentes para esclarecer a dinâmica dos fatos e a responsabilização criminal dos envolvidos. Anteriormente, a corporação já havia localizado os dois suspeitos do duplo homicídio. Um deles foi preso em Umuarama, cidade próxima de Cianorte. O outro, de nome Clayton Antonio da Silva Cruz, de 39 anos, foi localizado em Mandaguari e acabou morto pelos policiais. Clayton era considerado foragido e de alta periculosidade e, ao ser localizado pela

polícia, teria feito uma família refém. Por isso, houve confronto com os agentes e Clayton foi morto. Ele também era procurado por roubo.

Letycia e Stela desapareceram após saírem de Cianorte na noite de 20 de abril. As duas estavam acompanhadas de Clayton, que utilizava o nome falso de "Davi". Eles estariam indo para uma festa na cidade de Porto Rico juntos em um carro com placa adulterada. Na madrugada do dia seguinte, câmeras de segurança registraram as jovens com o suspeito em um estabelecimento na cidade de Paranavaí.

Após o desaparecimento de Letycia e Stella, Clayton retornou sozinho a Cianorte e, posteriormente, deixou o município. A investigação após o desaparecimento não demorou a tratar o caso como um duplo homicídio e a Justiça determinou a prisão temporária de Clayton, que passou a constar como foragido.

A localização do suspeito contou com informações obtidas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) depois de um roubo de veículo praticado por ele na região de Mandaguari. Com o compartilhamento de informações entre as áreas de inteligência, foi possível identificar o local no qual ele estava se escondendo.

TRABALHO

CCJ do Senado vota a favor da PEC do fim da escala 6x1

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O senador Omar Aziz (PSD-AM) (foto) apresentou, ontem, o relatório da PEC 221/2019, que acaba com a escala 6x1 e reduz a jornada máxima de trabalho para 40 horas semanais no Brasil.

Como o próprio parlamentar já havia anunciado anteriormente, ele manteve integralmente o texto aprovado pela Câmara dos Deputados e rejeitou as 12 emendas apresentadas na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

O texto será apreciado pelo colegiado na próxima semana, durante o último esforço concentrado do Congresso para a votação de matérias legislativas antes das eleições, no dia 4 de outubro.

>> Veja o que prevê o texto da PEC:

- Dois dias de repouso semanal remunerado, sendo um deles preferencialmente aos domingos
- Salário não poderá ser reduzido por causa diminuição da jornada
- Dois meses após a promulgação da PEC, a jornada máxima passa das atuais 44 para 42 horas semanais.
- Um ano depois do fim desse primeiro período, cai definitivamente para 40 horas.

A manutenção do texto como veio da Câmara evita que eventuais alterações da proposta pelos senadores obrigassem o retorno da matéria para uma última análise dos deputados.

A tramitação da matéria, aprovada no fim de maio na Câmara, só foi destravada há pouco mais de 10 dias, após uma reaproximação entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Já nesta última quarta-feira,



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

um almoço entre Lula, Alcolumbre e o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), selou a pauta de votação para o esforço concentrado da próxima semana.

Apesar de garantir a votação da PEC do fim da escala na CCJ, o presidente do Senado foi cauteloso e não prometeu que o texto possa ser votado em Plenário.

Na Câmara, a PEC do fim da escala, que tem forte apelo popular, foi aprovada em dois turnos por amplas margens de votação: 472 a 22 no primeiro turno e 461 a 19 no segundo.

A previsão é que a CCJ do Senado vote o texto na próxima quarta-feira. Se a comissão aprovar o parecer, a PEC ainda precisará passar pelo Plenário do Senado em dois turnos, com o mínimo de 49 votos favoráveis em cada votação.

ARGUMENTOS

Um dos principais argumen-

tos apresentados por Omar Aziz para manter o parecer favorável à PEC é o de que as jornadas superiores a 40 horas atingem principalmente trabalhadores de menor renda e escolaridade.

O parlamentar usou estatísticas de uma nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), baseada em informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2023, que apontam que 80% dos vínculos com jornada superior a 40 horas têm salário contratual de até dois salários mínimos, enquanto 90% recebem até três salários mínimos.

Também sustentou que mais de 83% dos vínculos de trabalhadores com ensino médio completo ou menos cumprem jornada superior a 40 horas semanais, proporção que cai para 53% entre os de ensino superior completo.

"A jornada prolongada não é, portanto, fenômeno neutramente distribuído na estrutura

produtiva: recai de modo desproporcional sobre os trabalhadores de menor renda e menor escolaridade. Reduzi-la é, nessa exata medida, providência de justiça distributiva, e não apenas de política laboral", argumentou.

Aziz também defende a mudança como forma de reduzir os efeitos negativos de jornadas extensas. O parecer afirma que períodos maiores de descanso contribuem para a recuperação física e mental, além de reduzir a exposição a situações de adoecimento e acidentes de trabalho.

O relator rejeitou todas as emendas apresentadas, incluindo aquelas que buscavam manter a jornada de 44 horas semanais, permitir jornadas superiores às 40 horas por meio de negociação coletiva, alongar o período de transição para a nova jornada ou adiar a entrada em vigor dos dois dias de repouso semanal.

DARK HORSE

Produtora pede a Mendonça que leve inquérito sobre desvios em SP ao STF

FELIPE DE PAULA/AE

Os advogados de Karina Ferreira da Gama, dona da produtora Go Up Entertainment, responsável pelas filmagens de "Dark Horse", filme sobre Jair Bolsonaro (PL), pediram ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça que a investigação sobre supostas fraudes em contratos com a Prefeitura de São Paulo seja suspensa ou remetida ao Supremo. A defesa argumenta que a apuração estadual teria como objetivo final investigar se o longa foi financiado pelo banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

No dia 1º de junho, a Polícia Civil desencadeou a Operação Wi-Fi para investigar a suspeita de fraude em uma licitação da Prefeitura de São Paulo, no valor de R\$ 108 milhões, vencida pelo Instituto Conhecer Brasil (ICB). O instituto é uma ONG de propriedade de Karina Ferreira da Gama. Ela e a Prefeitura negam irregularidades.

Na ocasião, a Polícia Civil requisiou à Justiça acesso às análises do Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) sobre as movimentações financeiras feitas pelo ICB, pela Go Up e por Karina. Entre as hipóteses investigadas, está a de que parte dos recursos possa ter ido parar nos cofres da Go Up durante o tempo em que o filme "Dark Horse" foi produzido.

Os advogados de Karina reforçaram ao ministro André Mendonça que a principal reivindicação da defesa é a suspensão imediata do inquérito da



FELLIPE SAMPAIO/STF

Operação Wi-Fi, conduzido pela 2ª Delegacia de Investigações sobre Crimes contra a Administração do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania (DPPC).

O filme "Dark Horse" teve mais de 90% de seu orçamento bancado com recursos do banqueiro Daniel Vercaro. O financiamento secreto foi tratado entre o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) e o banqueiro mesmo depois da prisão de Vercaro por fraudes bilionárias, em novembro de 2025, segundo mensagens encontradas pela Polícia Federal em um dos celulares do banqueiro.

Os advogados de Karina argumentam ao ministro que "a

investigação de primeiro grau tem como verdadeiro objeto: a aplicação de recursos financeiros por parte do banqueiro Daniel Vercaro no financiamento do filme Dark Horse".

"Tal objeto atrai a competência absoluta desse Supremo Tribunal Federal. E isso pois, em verdade, tais fatos já estão sendo apurados no âmbito dos presentes autos (Inquérito nº 5.070/DF), sendo, ainda, fatos conexos com as investigações realizadas no Inquérito nº 5.026/DF, ambos de relatoria do Exmo. Min. André Mendonça", pontuam os advogados.

Os defensores afirmam que o próprio delegado responsável pela investigação deixou claro que a apuração busca identificar

a origem do financiamento privado de "Dark Horse". Segundo a defesa, o delegado escreveu que seria necessário descobrir a "origem do financiamento privado, que até o momento não teria sido devidamente declarada ou identificada" e apontou "consistentes suspeitas de confusão patrimonial", além da possibilidade de recursos do programa WiFi Livre SP terem sido desviados para custear a produção do filme.

A defesa de Karina também critica o que chama de "desmembramento processual relacionado a investigados sem foro por prerrogativa de função" promovido pela Polícia de São Paulo. A referência é à investigação sobre supostos desvios de recursos públicos, sobretudo de emendas parlamentares, envolvendo a produtora. O roteiro de Dark Horse é assinado pelo deputado federal Mário Frias (PL-SP), que, em 2024, destinou R\$ 2 milhões em emendas para uma ONG ligada à produção do filme. Ele nega irregularidades.

Há três dias, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou o compartilhamento com a Polícia Federal dos dados apreendidos pela Polícia Civil de São Paulo na Operação Wi-Fi. O Estadão apurou que a extração dos dados do celular de Karina ainda não foi concluída e que o aparelho permanece sob perícia. Os federais também foram informados de que, até o momento, não foi possível acessar os dados do telefone do tesoureiro ligado à produtora.

GUERRA ELEITORAL

Kássio pauta julgamento sobre deepfake para 3ª-feira

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kássio Nunes Marques, pautou para a sessão da próxima terça-feira, o julgamento de ação do PT que questiona o vídeo deepfake do ex-presidente Jair Bolsonaro apresentado na convenção do PL em julho deste ano. No julgamento, os ministros devem fixar uma tese com parâmetros para o uso de inteligência artificial (IA) nas campanhas que deverá ser seguida em toda a Justiça Eleitoral

Nunes Marques, que é rela-

tor do caso, se reuniu com os ministros do TSE na semana passada para buscar a construção de um consenso mínimo entre os colegas.

Como já mostrou o Grupo Estado, uma parte dos ministros defende proibir o uso de qualquer avatar criado com IA que simule a imagem e voz de candidatos e de terceiros na campanha eleitoral. A avaliação é a de que, se o TSE optar por uma proibição ampla, também se protege de uma judicialização excessiva. Uma norma com mais nuances poderia obrigar o Tribunal a decidir sobre cente-

nas de conteúdos, caso a caso.

O uso de deepfake já é proibido para favorecer ou prejudicar candidaturas, mas ainda há uma margem de interpretação que tem dividido os ministros. As resoluções aprovadas pelo TSE em março não proíbem o uso de IA na propaganda eleitoral, mas exigem a rotulagem desses conteúdos.

Em decisão individual na última terça-feira, 25, o ministro André Mendonça propôs uma tese que exige grau de realismo capaz de enganar o eleitor para caracterizar irregularidade no uso de IA Para ele, não basta que o con-

teúdo tenha sido gerado por IA.

Ao defender o vídeo com IA exibido na convenção do PL, a advogada da campanha de Flávio Bolsonaro, Maria Cláudia Bucchianeri, afirmou que o caso não se enquadra como ilícito eleitoral porque o conteúdo foi rotulado como IA e não havia potencial de enganar o leitor.

"O elemento juridicamente decisivo deve ser a capacidade concreta de enganar, falsificar acontecimentos", sustentou a defesa. "No caso, o aviso inicial neutralizou a possibilidade de confusão sobre a materialidade do vídeo", acrescentou.

ÓLEO BRUTO

Justiça suspende imposto de exportação de 12% sobre petróleo

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A Justiça Federal do Distrito Federal suspendeu, ontem, em decisão liminar, a cobrança de alíquota de 12% do imposto de exportação incidente sobre a venda de óleos brutos de petróleo e de minerais betuminosos (rochas e substâncias ricas em hidrocarbonetos).

A decisão é do juiz Diego Câmara, da 17ª Vara Federal, e atende um pedido da Associação Brasileira de Empresas de Exploração e de Produção de Petróleo e Gás (Abep).

O imposto sobre a exportação de petróleo foi criado por meio de uma medida provisória (MP) editada em março pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para compensar a redução de tributos federais sobre o diesel, adotada pelo governo para amenizar os impactos da alta internacional dos combustíveis provocada pelo conflito militar no Oriente Mé-

dio, envolvendo Estados Unidos (EUA) e Irã, o que acarretou em fechamento das principais rotas internacionais de exportação de petróleo e impactou fortemente na alta do preço do barril do produto em todo o planeta.

Além do imposto de exportação, essa medida incluiu subsídio de R\$ 0,32 por litro do diesel e ações de reforço na fiscalização contra aumentos abusivos no preço dos combustíveis.

Após vigorar por 120 dias, a MP perdeu a validade em julho, por não ter sido aprovada pelo Congresso Nacional. O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex) decidiu, por ato administrativo, reinstaurar a alíquota de 12% do imposto de exportação sobre esses produtos.

Como se trata de um tributo regulatório, o Gecex pôde manter a alíquota por decisão administrativa, sem necessidade de

aprovação do Poder Legislativo.

Porém, as empresas exportadoras, representadas pela Abep, sustentaram na ação coletiva contra a Receita Federal que a resolução do Gecex era, na prática, uma reprodução da cobrança que o Congresso havia deixado caducar. A entidade pediu que a Justiça impedisse o Fisco de continuar cobrando os 12% e que também reconhecesse o direito das empresas de recuperar valores pagos desde que a cobrança foi retomada, no início de julho.

Na decisão, o juiz Diego Câmara concordou com o argumento e mandou suspender a cobrança do imposto de agora em diante, mas não concedeu autorização expressa para a restituição ou compensação do que já foi pago em favor das empresas exportadoras.

O magistrado chegou a classificar como "descabida" a renovação do tributo por via administrativa, ato que indicaria, se-

gundo ele, uma "burla ao devido processo legislativo".

"É certo que o Poder Executivo, no exercício da função reguladora, detém considerável margem de discricionariedade técnica para implementar atos direcionados à intervenção do Estado sobre o domínio econômico, inclusive no que concerne à política de produção e comercialização de óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, notadamente dentro do contexto de exportação. Ocorre que o exercício de tal prerrogativa deve se dar nos exatos limites do devido processo legal, de modo a garantir segurança jurídica, especialmente relacionada ao postulado da proteção da confiança do administrado", afirmou.

A Receita Federal informou na quarta-feira (26) que o imposto de exportação sobre petróleo arrecadou R\$ 7,98 bilhões até julho. Cabe recurso da decisão da Justiça Federal do DF.

AMAZÔNIA

Imazon aponta desmatamento zero em terras indígenas

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

De agosto de 2025 a julho de 2026, o Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) aponta que 60% das terras indígenas (TI) na Amazônia registraram desmatamento zero. No período, o desmatamento na região alcançou uma área de 2.702 km².

Do total de área desmatada no bioma, apenas 1,7%, o equivalente a 46,96 km², foram registrados dentro de terras indígenas. A área desmatada alcançou apenas 40% dos territórios de povos originários e em parcelas, na sua maioria, inferiores a 1 km².

Segundo o Imazon, os números reforçam a "importância dessas terras e de seus povos para a proteção da biodiversidade, manutenção das chuvas e controle das mudanças climáticas".

De acordo com os dados do instituto, os territórios com maiores áreas desmatadas foram a TI Cachoeira Seca, no Pará, que perdeu 4,44 km² no período, seguida da TI Andirá-Marau (AM/PA), com uma área afetada de 2,83 km², e TI Porquinhos dos Canela-Apãjekra, no Maranhão, com 2,53 km² desmatados.

UNIDADES

Dentro das unidades de conservação da Amazônia, o desmatamento representou 9% do total do bioma, o equivalente a 239,76 km². Entre as áreas protegidas mais desmatadas no bioma estão a APA Triunfo do Xingu (PA), que perdeu 90,87 km² de vegetação nativa, seguida da Flona de Altamira (PA) e da Resex Chico Mendes, no Acre, que ti-

veram, respectivamente, 25,96 km² e 17,24 km² desmatados.

ESTADOS

Em números gerais, os estados mais atingidos foram o Pará, Mato Grosso e Amazonas, com perdas de 818 km², 565 km² e 495 km², respectivamente.

A pesquisadora do Imazon Manoela Athaide ressalta que apesar de figurarem entre os que mais desmatam, os três estados apresentaram uma diminuição no desmatamento na comparação com o calendário do ano anterior.

"Por possuírem os maiores territórios, esses estados estão com frequência entre os três que mais desmatam, alternando as colocações ao longo dos anos", destaca

HISTÓRICO

Em relação a série histórica, iniciada em 2007, o calendário deste ano apresentou o menor índice de desmatamento para a Amazônia dos últimos 11 anos.

Na comparação com agosto de 2024 e julho de 2024, quando houve desmatamento de 3.503 km², a redução foi de 23%.

O Sistema de Alerta de Desmatamento também monitora as áreas degradadas na Amazônia afetadas por fogo ou extração seletiva de madeira, onde parte da vegetação nativa permanece, mas há prejuízo ao funcionamento dos ecossistemas.

De agosto de 2025 a julho de 2026, a Amazônia teve 2.577 km² de área degradada, o que representou uma queda de 93% na comparação com o calendário anterior, quando o bioma teve 35.229 km² degradados.

AUDIÊNCIA

Depoimento de Vorcaro à PF é adiado após problemas técnicos

O depoimento do banqueiro Daniel Vorcaro à Polícia Federal (PF) previsto para ontem, foi adiado após problemas técnicos na transmissão. Ele seria ouvido sobre a suspeita de cooptação de servidores do Banco Central. Vorcaro prestaria depoimento por meio de videoconferência de dentro do presídio da Papudinha, onde

está atualmente detido.

Segundo a defesa, houve problemas na conexão à internet que impediram o andamento do depoimento. Por isso, a oitiva deve ser adiada para uma nova data, ainda a ser definida. Esse seria o primeiro depoimento de Vorcaro após ter sua delação premiada rejeitada pelos investigadores. O banqueiro pretendia

responder às perguntas da PF.

Há duas semanas, o diretor de Fiscalização do Banco Central, Ailton de Aquino, disse em depoimento à Polícia Federal que a autarquia passou por "vazamentos sistemáticos de informações internas" envolvendo os processos de análise do Banco Master e afirmou que ele e o presidente do BC, Gabriel Galí-

polo, "não confiavam em ninguém naquele momento".

Aquino foi ouvido pela PF na condição de testemunha em um depoimento sigiloso no dia 25 de maio, para aprofundar as investigações sobre suspeitas de corrupção de dois subordinados seus no Banco Central, Belline Santana e Paulo Sérgio Neves de Souza.

MARCO CIVIL

STF decidirá se acesso a dados de usuários precisa de ordem judicial

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou ontem o julgamento do processo que vai decidir se é constitucional a regra do Marco Civil da Internet (Lei 12.965 de 2014) que determina aos provedores de internet a entrega de dados de tráfego (data, hora e fuso) dos usuários para investigações, somente mediante decisão judicial.

Após a formação do placar de 2 votos a 0 para reconhecer a validade de decisão judicial prévia para o compartilhamento dos dados, o julgamento foi suspenso. A data para retomada da análise do caso não foi definida.

A Corte julga a ação protocolada pela Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint) para garantir a aplicação da norma.

Conforme o Artigo 10 da lei, o provedor responsável pela guarda dos dados somente será obrigado a disponibilizar os registros dos dispositivos dos usuários após determinação judicial.

Segundo a Abrint, as empresas recebem diariamente pedidos de acesso direto ao número do IP (Internet Protocol), código único que identifica um dispositivo eletrônico (computador, celular ou tablet) que está conectado à internet.

O acesso é requisitado direta-

mente por delegados de polícia, órgãos administrativos e o Ministério Público, sem decisão judicial prévia. Ao votar sobre a questão, o relator da ação, ministro Cristiano Zanin, disse que a Constituição garante a proteção da privacidade dos cidadãos e de seus dados pessoais. Para o ministro, o acesso a informações sobre a vida pessoal das pessoas é limitado.

"O debate vincula-se à proteção constitucional da privacidade, proteção de dados pessoais e da autodeterminação informacional, direito que atribui ao titular a liberdade de controlar em que limites as informações de sua vida pessoal podem ser objetos de in-

tervenção."

O posicionamento foi seguido pelo ministro Dias Toffoli. Em seguida, o julgamento foi suspenso.

Durante a sessão, a advogada Mariana Silva Milanez, representante da Abrint, defendeu que o reconhecimento da constitucionalidade da requisição somente por meio de decisão judicial é necessário para garantir segurança jurídica para as empresas e usuários.

"Quando os provedores recebem essas requisições, eles se deparam com uma encruzilhada. Fornecem os dados e assumem dos riscos de serem processados pelos titulares desses dados .

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) adiou ontem a retomada do julgamento sobre a validade das ações da Justiça do Trabalho que reconhecem vínculo de emprego na relação entre motoristas de aplicativos e as plataformas digitais, a chamada uberização. A nova data do julgamento ainda não foi definida.

O caso estava pautado para a sessão de ontem, mas não foi analisado porque o plenário deu prioridade para iniciar o julgamento que envolve a regra do Marco Civil da Internet (Lei 12.965 de 2014) que determina que os provedores de internet só podem entregar dados de tráfego dos usuários para investigações mediante decisão judicial.

A uberização será julgada em duas ações relacionadas pelos ministros Edson Fachin (**foto**) e Alexandre de Moraes e que chegaram ao Supremo a partir de recursos protocolados pelas plataformas Rappi e Uber. As empresas contestam deci-

sões da Justiça do Trabalho que reconheceram o vínculo empregatício com os motoristas e entregadores.

TRAMITAÇÃO

Durante a tramitação do processo, a Rappi alegou que as decisões trabalhistas que reconheceram o vínculo de emprego com a empresa desrespeitaram decisões da própria Corte, que entende não haver relação de emprego formal com os entregadores.

A Uber sustentou que é uma empresa de tecnologia, e não do ramo de transportes, e que o reconhecimento de vínculo trabalhista altera a finalidade do negócio da plataforma, violando o princípio constitucional da livre iniciativa de atividade econômica.

Antes do início do julgamento, a Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou Supremo parecer contrário ao reconhecimento de vínculo trabalhista entre motoristas de aplicativos e as plataformas digitais.

